

IAOD do Deputado Ho Ion Sang em 17.05.2021

Instalações complementares do Posto Fronteiriço Qingmao

As obras do Novo Acesso Fronteiriço Guangdong-Macau (Posto Fronteiriço Qingmao) já estão concluídas, e as autoridades previram que a sua entrada em funcionamento seria no segundo semestre deste ano. Nesse posto fronteiriço vai ser aplicado o modelo de “Inspeção Fronteiriça Integral” 24 horas por dia, com a instalação de 100 passagens automáticas e 4, de controlo manual. No lado de Zhuhai há um acesso de ligação à estação ferroviária interurbana de Zhuhai e à estação do aeroporto de Zhuhai, o que proporcionará aos residentes e visitantes mais uma opção para facilitar a ida e volta entre Zhuhai e Macau.

Acredito que alguns residentes e visitantes vão recorrer ao Posto Fronteiriço Qingmao, após entrar em funcionamento, para efectuar a passagem alfandegária, o que resultará num aumento do fluxo de pessoas e de trânsito. Mas a sociedade está geralmente preocupada com a capacidade das instalações complementares de trânsito na zona em questão para lidar com o futuro aumento do fluxo de pessoas e veículos, e os eventuais congestionamentos vão, provavelmente, aumentar a pressão do trânsito na Zona Norte. Pelo exposto, espero que o Governo encare a questão e melhore, quanto antes, as instalações complementares de trânsito e para pedestres em torno desse posto fronteiriço, para que o mesmo surta o efeito de desvio efectivo de pessoas.

Actualmente, apenas as carreiras 30, 34, 16 e 16S percorrem a Ilha Verde, o que torna difícil desviar, de forma atempada, o fluxo de pessoas, e a falta de uma carreira directa dali até às zonas do centro e da Praia do Manduco incomoda as deslocações de residentes e visitantes. Sugiro que as autoridades avaliem e melhorem os itinerários dos autocarros na Ilha Verde, para facilitar as deslocações dos visitantes para os pontos turísticos, hotéis, etc., de diversas zonas de Macau. No âmbito das instalações pedonais, no Posto Fronteiriço Qingmao há apenas uma passagem superior para peões, que o liga às áreas adjacentes ao Edifício do Bairro da Ilha Verde, o que torna difícil desviar os visitantes no pico do fluxo de passageiros. Pelo exposto, proponho que se proceda, quando a situação permitir, ao estudo sobre a instalação de outras passagens superiores para peões nas proximidades desse posto fronteiriço. Mais, no caso de se ir a pé do Posto Fronteiriço Qingmao para o das Portas do Cerco, há que passar por um passeio estreito junto à Avenida do Comendador Ho Yin, o que é muito incómodo. O Governo tinha o plano de transformar o terreno em frente do posto fronteiriço, onde havia o viveiro e a oficina do antigo Leal Senado, numa praça do posto fronteiriço e em zonas verdes e de lazer, para desviar as pessoas. Mas tal terreno mantém-se como espaço desocupado, e é provável que não abra ao público em simultâneo com a inauguração do posto fronteiriço. Atendendo à entrada em funcionamento desse posto fronteiriço, espero que os serviços competentes acelerem a construção nesse terreno e optimizem o Jardim Municipal Dr. Sun Yat Sen, aumentando, adequadamente, a área pedonal e as instalações sem barreiras,

e melhorando o ambiente pedonal entre o Posto Fronteiriço das Portas do Cerco e o Posto Fronteiriço Qingmao, bem como em volta do Jardim Municipal Dr. Sun Yat Sen.

Com o aumento do fluxo de pessoas na Ilha Verde, a segurança pública será mais complexa. Como o Posto Fronteiriço Qingmao fica na vizinhança do das Portas do Cerco, os moradores receiam que a Ilha Verde passe a ter o problema de contrabando. Espero que o Governo esteja preparado para a adversidade, reforçando a inspeção e combatendo continuamente as actividades dos contrabandistas, a par de instalar sistemas de videovigilância e de iluminação nas proximidades do Posto Fronteiriço Qingmao, em prol da salvaguarda da segurança pública dessa zona.

A longo prazo, espero que o Governo concretize o Plano Director e proceda à revisão do Plano de Ordenamento Urbanístico da Ilha Verde à luz do conteúdo do Plano Director e da situação real da Ilha Verde, de modo a resolver vários problemas relacionados com a vida dos moradores dessa zona, aumentando a capacidade de acolhimento para fazer face às necessidades futuras de desenvolvimento e, em particular, resolver, quanto antes, os problemas que existem há muito tempo, nomeadamente, o depósito intermediário de gás liquefeito de petróleo (GLP) e o reordenamento da Colina da Ilha Verde, em prol da construção de um bairro comunitário agradável para viver.

IAOD do Deputado Chui Sai Peng Jose em 17.05.2021

Reforçar os trabalhos de promoção da inoculação com a vacina para promover a criação de uma barreira imunológica

Registam-se sucessivos surtos epidémicos em todo o mundo, mas a situação no Interior da China continua, em geral, a ser de baixo risco. Em Macau, devido ao rigor dos trabalhos de prevenção efectuados pelo Governo e à colaboração activa da população, conseguimos manter uma situação de baixo risco por um longo período, por isso muitos cidadãos consideram que, desde que permaneçam em Macau, estão seguros, ficando expectantes quanto à vacinação. De acordo com os dados publicados, até 13 de Maio, foram administradas 126 141 doses, com 81 529 pessoas vacinadas, sendo que apenas 44 794 estão vacinadas com duas doses, registando-se uma taxa de vacinação de cerca de 6,56 por cento. Como a economia de Macau está altamente dependente do exterior e de acordo com o desenvolvimento da epidemia nas regiões vizinhas, é natural que se pondere o levantamento, de forma faseada, das restrições de entrada. Se a taxa de vacinação não for satisfatória, havendo discrepâncias para se atingir a barreira imunológica, isso irá trazer grande incerteza para a recuperação da economia de Macau.

Como só há imunidade após 42 dias a partir da primeira vacinação e, de acordo com especialistas do exterior, a imunidade de grupo apenas se atinge com pelo menos 60 por cento das pessoas vacinadas, quanto mais tempo demorarmos a atingir esta meta, mais se vai atrasar a recuperação económica. Assim, precisamos agora que os cidadãos sejam mais pró-activos para conseguirmos atingir a barreira imunológica, sendo este o melhor método para impulsionar o regresso à normalidade da actividade económica. Então, proponho o seguinte:

1. Sugere-se ao Governo que reforce a divulgação sobre a importância da vacinação, especialmente sobre o prazo de validade do efeito contra a Covid-19, a capacidade de protecção, minimizando o receio dos cidadãos de que o seu estado de saúde não seja adequado. Deve-se esclarecer as suas dúvidas, apelando para que optem pela vacina adequada, de forma científica e racional. Por outro lado, a vacina inactivada da Sinopharm foi oficialmente aprovada para uso de emergência pela Organização Mundial de Saúde (OMS), o que comprova que a capacidade de protecção desta vacina é reconhecida internacionalmente, tal como a de mRNA da Pfizer. Quanto à diferença na taxa de reacções adversas graves, isto deve-se às disparidades fundamentais entre as técnicas tradicionais de desenvolvimento das vacinas inactivadas e a nova tecnologia utilizada para as vacinas de mRNA, por isso tem havido menos problemas com as vacinas inactivadas.

2. Apelo a uma maior iniciativa dos cidadãos para que se empenhem na vacinação tanto como têm apoiado o Governo nos outros trabalhos de prevenção da pandemia. Apesar de a validade da vacina contra o novo Coronavírus não ser permanente, tal como a da gripe que tem de ser administrada todos os anos, mesmo depois da vacinação será necessário que as pessoas voltem a ser

vacinadas. Mas, para interesse próprio e dos outros, espera-se que todos apoiem os trabalhos de vacinação, contribuindo para a economia de Macau.

3. Proponho ao Governo que estude medidas de incentivo após a vacinação, a fim de elevar a vontade de vacinação dos residentes. O Governo afirmou que estudava a possibilidade de dispensar o teste de ácido nucleico para os participantes em eventos de grande envergadura, se já tivessem recebido duas doses da vacina. Então, sugiro também um serviço de exame aos anticorpos às pessoas depois de vacinadas com duas doses. Assim, desde que o teor de anticorpos no corpo seja satisfatório, pode-se prolongar o prazo de validade do teste de ácido nucleico, podendo-se considerar a extensão gradual dessa medida, a começar em Zhuhai, indo até à região da Grande Baía ou, se for autorizado, até todo o país.

IAOD do Deputado Wang Sai Man em 17.05.2021

Revisão atempada da lei para melhorar a fiscalização, em prol do desenvolvimento saudável do sector imobiliário

O desenvolvimento económico de Macau nestes últimos anos resultou em prosperidade no sector imobiliário, ao nível da compra e venda e do arrendamento de imóveis. Consequentemente, foram criadas, umas a seguir às outras, empresas intermediárias para a prestação de serviços, tais como a avaliação especializada de imóveis, o aconselhamento na compra e venda, etc., servindo de ponte entre a oferta e procura. Porém, segundo alguns operadores, algumas leis apresentam problemas ao nível da fiscalização do funcionamento do sector, tais como ineficácia e sanções excessivas, o que merece melhorias.

Por exemplo, a Lei da actividade de mediação imobiliária prevê as sanções a aplicar aos mediadores imobiliários sem licença, vulgarmente designados por “agentes não licenciados”. Porém, segundo os operadores, só quando há denúncias é que os serviços fiscalizam e aplicam sanções, portanto, enfrentam dificuldades. Por exemplo, nestes últimos anos, tem sido frequente os administradores prediais, devido à sua familiaridade com os moradores e ao seu conhecimento dos edifícios, desempenharem o papel de intermediário, para facilitar a venda e compra de propriedades.

Mais, a lei sobre a actividade publicitária prevê que, no âmbito da publicidade à venda de imóveis, “é obrigatória a divulgação do nome do proprietário e da empresa construtora”, porém, os operadores entendem que é difícil satisfazer esta exigência no processo de compra e venda de imóveis de segunda mão, pois o acto de divulgar o nome completo do proprietário pode violar a Lei de protecção de dados pessoais. A par disso, é difícil aceder às informações sobre os construtores civis de prédios baixos construídos há muitos anos, por isso, muitos mediadores imobiliários não se atrevem a afixar publicidade de venda de imóveis, com o receio de poderem ser sancionados pelas autoridades a qualquer momento, devido à insuficiência de documentos ou informações. Todas estas situações põem em causa o normal funcionamento do sector.

A Lei da actividade de mediação imobiliária já entrou em vigor há cerca de 8 anos, e a Lei da publicidade já vigora há mais de 32 anos. Face aos referidos problemas que perturbam o sector, proponho ao Governo que reveja, quanto antes, a Lei da actividade de mediação imobiliária, adopte medidas para aperfeiçoar o mecanismo de fiscalização, e que reforce o combate aos agentes não licenciados, para defender a ordem normal do mercado imobiliário e proteger os legítimos direitos e interesses dos consumidores. Deve-se rever, ao mesmo tempo, as normas relacionadas com os reclamos em edifícios na Lei da publicidade, e sugere-se a isenção da publicação das informações dos proprietários na compra e venda de imóveis em segunda mão, e o aditamento das informações dos construtores nas “buscas”, a fim de se articular com o

desenvolvimento socioeconómico e de melhor regulamentar o funcionamento do sector.

Segundo o sector, nesta situação de epidemia, os atrasos no pagamento de rendas e as rendas em dívida destacam-se cada vez mais, e os proprietários não querem recorrer à via judicial para defender os seus direitos, por isso, o sector está preocupado com o arrastamento dos eventuais processos judiciais e com a utilização de muitos recursos humanos, o que pode gerar despesas avultadas, sem se saber se é possível recuperar as rendas. Actualmente, o Governo recorre à arbitragem para resolver os litígios e o problema dos “arrendatários trapaceiros”, mas como a arbitragem não é obrigatória, os “arrendatários trapaceiros” ignoram as convocatórias, o que faz com que os proprietários tenham reservas em colocar as suas propriedades no mercado de arrendamento, e esta situação não favorece o desenvolvimento saudável do mercado. Assim, proponho ao Governo a criação de um tribunal para resolver os conflitos de arrendamento, e a criação de um bom ambiente para o mercado imobiliário, com vista a proporcionar mais espaço de sobrevivência ao sector e a apoiar o seu desenvolvimento saudável e ordenado.

IAOD do Deputado Ip Sio Kai em 17.05.2021

Aperfeiçoamento da legislação para ajudar o sector dos combustíveis a elevar o seu nível profissional

Segundo os dados da Direcção dos Serviços de Estatística e Censos (DSEC), em 2020, as vendas de gasolina, em Macau, baixaram 16,5 por cento, as de gasóleo diminuíram 25,9 por cento e as de gás butano, 15,8 por cento. No 4.º trimestre do mesmo ano, os preços médios de venda ao público da gasolina sem chumbo e do gasóleo leve para veículos diminuíram 22 por cento e 20,1 por cento, respectivamente, enquanto o GPL desceu 3,3 por cento.

O consumo de energia é um dos condicionalismos da economia. Disponibilizar às empresas industriais e comerciais mais opções energéticas diversificadas e competitivas constitui um tema importante para as PME elevarem a sua competitividade. Macau deve, no pressuposto de garantir a segurança, permitir que todos os estabelecimentos possam escolher a energia mais rentável, incluindo o gás butano, o gasóleo, a electricidade, etc. Mas, segundo os diferentes sectores, as políticas e os diplomas legais relacionados com o sector dos combustíveis estão desactualizados, o que leva a que, por exemplo, os estabelecimentos de comeres e bebés de Macau se deparem com imensas dificuldades na aprovação do uso de gás butano, afectando assim a vontade das PME de utilizarem esse tipo de combustível. Ao mesmo tempo, essas políticas e leis desactualizadas já não conseguem acompanhar as necessidades do desenvolvimento de Macau, originando até conflitos na sua execução, o que impede o desenvolvimento dos diversos sectores.

Ainda segundo os sectores, em Macau, a potência dos aparelhos a gás é regulada pelo Regulamento Administrativo n.º 26 / 2002 (Regulamento de Segurança Relativo à Instalação de Aparelhos a Gás com Potências Elevadas). Embora o Governo tenha revisto o referido Regulamento em 2009, já não consegue dar resposta às necessidades do desenvolvimento socioeconómico. Em 2018, o Governo voltou a auscultar as opiniões dos sectores sobre a revisão do Regulamento, mas ainda não se viu a sua concretização nem implementação. Assim, sugere-se ao Governo que acelere os trabalhos de revisão para dar resposta à solicitação dos diversos sectores sobre a ampliação da potência dos aparelhos a gás, para promover o desenvolvimento justo do mercado energético e ajudar as PME a aumentar a eficiência operacional.

Por outro lado, segundo a lei, os estabelecimentos comerciais, independentemente da sua área e da quantidade a utilizar, apenas podem ter quatro botijas de gás butano ou 200 litros de gasóleo leve. Mas, segundo os estabelecimentos do sector da restauração, esse limite legal não dá para satisfazer as necessidades quotidianas, que precisam de ser supridas pelas empresas de combustíveis no período de funcionamento, situação que faz correr o risco de suspensão do abastecimento se, por causa do trânsito, não vier a ser

fornecido a tempo, ou de virem a ser multados. Sugiro, assim, que o Governo reveja a lei sobre o armazenamento de combustíveis, fixando um limite, segundo as categorias a definir, entre outros, pela sua localização, natureza das actividades e condições de segurança, para que as PME aproveitem ao máximo os benefícios das energias fósseis e dos diversos equipamentos inovadores a combustível, retirando os benefícios de custo e reduzindo os encargos.

No passado, ocorreram vários incidentes fatais devido ao uso ou instalação inadequados de equipamentos a combustível. Do balanço feito a essas experiências, concluiu-se que a grande maioria dos casos se deveu ao facto de os seus utilizadores terem adquirido ou instalado equipamentos sem qualificação certificada. Assim, sugiro que se proceda um estudo sobre a criação de uma entidade de avaliação dos equipamentos a combustível, a definição de procedimentos para a sua avaliação, e a regulamentação da sua importação e da qualificação profissional dos instaladores, em prol da salvaguarda da segurança da vida e dos bens dos residentes, e da elevação do nível profissional do sector e da qualidade dos serviços.

IAOD da Deputada Chan Hong em 17.5.2021

Ter como referência a história e ensinar as pessoas através da história

Como dizem os antigos, no espelho vê-se a aparência, na história compreende-se a evolução e nas pessoas conhece-se o porquê dos fracassos e dos sucessos. A história espelha a essência do passado e projecta o futuro. Aprender sistematicamente a história chinesa tem um significado muito relevante para os estudantes conhecerem o percurso brilhante da salvaguarda de vida e da procura de sobrevivência com todos os esforços da nação chinesa, compreenderem o enorme sucesso obtido pela Nova China depois de ter enveredado por um caminho extraordinário, entenderem a política de um país, dois sistemas e concretizarem o grande renascimento nacional.

Segundo o Presidente Xi Jinping, a educação patriótica é uma matéria importante e com grande influência e, para consolidar a sua base, há que conhecer a história. Ele encorajou os serviços de educação e as escolas a continuarem a ensinar com base nos trabalhos bem realizados, para os estudantes aprenderem e conhecerem bem a história, a transmitirem as tradições culturais e a elevarem a confiança quanto à cultura.

Actualmente, o mundo encontra-se numa situação de mudanças sem precedentes nos últimos 100 anos. Hoje, estamos num período fundamental, o do grande renascimento nacional. Dar a conhecer aos jovens de Macau a história e a cultura chinesa ao longo de cinco mil anos contribui para se criar auto-estima e orgulho nacional forte, permitindo-lhes entender o grande desejo do povo chinês em relação ao grande renascimento nacional.

Assim, sugiro o seguinte:

1. Fazer bom uso do material didáctico de história da China para o desenvolvimento profundo da educação nacional e patriótica. Neste momento, mais de 90% das escolas de Macau utilizam o material didáctico de história do ensino secundário, compilado pelos Serviços de Educação e pela Editora Popular da Educação. Assim, para fazer bom uso deste material didáctico, há que organizar mais acções de formação específicas para os professores de história, a fim de elevar a sua capacidade de “educar e cultivar as pessoas com base na cultura, na história e na moral”.

2. O Governo, especialmente o sector educativo, deve reforçar a educação sobre a história moderna e contemporânea da China, por exemplo, em relação aos êxitos históricos alcançados pelo País nos diversos domínios, as mudanças históricas ocorridas, etc., para que os alunos possam estudar a história e reforçar os conhecimentos, a confiança, a moral e a prática, e através da história obter

sabedoria e força, contribuindo para o desenvolvimento sustentável do País e de Macau.

3. Utilizar formas inovadoras e diversos meios para aprender e explicar bem a história da China. Recorrer a tecnologias avançadas, como a inteligência artificial (AI), para conceber os materiais didáticos, tendo em conta as características etárias e os hábitos de leitura dos jovens, permitindo assim que estes aprendam de forma consciente e fácil; e o Governo deve reforçar o desenvolvimento dos recursos nesta área, para utilização por todos os jovens de Macau.

IAOD da Deputada Lei Cheng I em 17.05.2021

Propõe-se que as vagas adicionais em creches para as crianças com mais de dois anos sejam transferidas para as crianças com menos de dois anos

As vagas em creches têm sido alvo de atenção da sociedade. O Instituto de Acção Social (IAS) tem reiterado que a prestação de cuidados, por parte dos pais ou familiares, nos primeiros dois anos de vida das crianças é vantajosa para o seu crescimento físico e psicológico. Mas, na realidade, devido a diversos factores, muitas famílias em que ambos os pais trabalham continuam a necessitar das creches, para poderem cumprir as suas responsabilidades familiares e laborais, portanto, o Governo tem de considerar as suas necessidades.

No início de Maio, saiu o resultado do sorteio das creches subsidiadas. Segundo o IAS, as vagas são suficientes, mas, muitos pais continuam a queixar-se da dificuldade em arranjar vagas, sobretudo para as crianças com menos de dois anos. Tendo em conta a redução da taxa de natalidade nestes últimos anos, e para satisfazer as necessidades básicas das crianças com menos de 2 anos, sugiro ao Governo que pondere transferir as vagas adicionais para as crianças com mais de 2 anos em vagas para as crianças com menos de 2 anos, para melhor responder às necessidades e aproveitar os recursos. Aliás, apesar de o IAS já ter divulgado, na sua página electrónica e de forma uniformizada, as informações sobre a situação de admissão das creches e uniformizado a data de inscrição das creches subsidiadas, e a maioria destas creches permitir a inscrição online, muitos pais ainda têm de dirigir-se às creches preferidas para entregar informações sobre as crianças, o que é moroso. Assim, sugere-se que se tome como referência a “Medida do registo central para acesso escolar dos alunos do ensino infantil pela primeira vez”, assim, para concluir os procedimentos de inscrição, os pais só precisam de preencher uma vez as informações, reduzindo-se as inconveniências e optimizando-se todo o processo de admissão às creches.

Para além da questão de vagas, há que adoptar medidas para incentivar o aumento da qualidade profissional do pessoal e a estabilização da equipa, visto que, com o desenvolvimento social, são cada vez mais elevadas as exigências do público em relação à qualidade das creches. Nestes últimos anos, o Instituto de Acção Social (IAS) e as respectivas organizações de serviços têm reforçado os conhecimentos e as técnicas do pessoal das creches através da formação em serviço. Para efeitos de ingresso, o IAS exige que os supervisores, os professores e os cuidadores sejam devida e profissionalmente qualificados. Porém, apenas são exigidas habilitações académicas básicas ao pessoal auxiliar, que auferem salários baixos, e falta um regime de credenciação profissional. Segundo informações do IAS, estão em curso os trabalhos preparatórios para incentivar a profissionalização e qualificação do pessoal das creches, e prevê-se que sejam tomadas medidas nesse sentido, a título experimental, ainda este ano. Espero que

as autoridades as implementem, quanto antes, e aumentem as vagas de formação, encorajando toda a equipa de serviços a melhorar a qualidade de forma planeada, promovendo o desenvolvimento profissional do pessoal e melhorando, adequadamente, as remunerações e as regalias.

Em suma, relativamente às remunerações do pessoal dos serviços sociais, desde a implementação do novo regime de subsídios para instituições de serviço social em 2015, o Governo apenas aumentou em 2,5% o montante do subsídio para o pessoal das instituições sociais subsidiadas, em Fevereiro de 2018, e em algumas creches, devido às limitações de recursos, o pessoal há anos que não beneficia de qualquer ajustamento salarial. O investimento insuficiente de recursos nos serviços sociais pode ter impacto significativo, quer para o moral quer para a qualidade dos serviços. Proponho que o Governo avalie, atempadamente, o investimento nos serviços sociais, e melhore razoavelmente as remunerações, para o pessoal poder sentir que o seu trabalho é reconhecido e, assim, dedicar-se ao seu contributo.

IAOD do Deputado Leong Sun lok em 17.05.2021

Com o aumento dos visitantes, a economia de Macau melhorou, mas a recente taxa de desemprego dos residentes locais não baixou, pelo contrário, aumentou para 4 por cento, e a taxa de subemprego em geral também aumentou para 4,8 por cento. O número de desempregados com inscrição válida de pedido de emprego na DSAL atingiu 5897 pessoas em Março. Embora haja 34 127 vagas de trabalho com inscrição válida na mesma Direcção, apenas 362 pessoas estabeleceram uma relação de contratação após a colocação.

Esta situação reflecte que, mesmo com a actual recuperação económica, a situação de emprego ainda não conseguiu ser altamente melhorada, o resultado da colocação profissional continuou aquém das expectativas, e o problema do desemprego estrutural agravou-se. Revelou-se também a insuficiência dos trabalhos actuais de colocação profissional e de formação de talentos, o que poderá afectar o desenvolvimento harmonioso da relação de trabalho, pelo que o Governo tem de dar a isso muita atenção.

Para responder melhor a esta questão, sugiro o seguinte:

1. Aperfeiçoamento do mecanismo de gestão e controlo dos TNR, assegurando o direito ao emprego dos residentes. A contratação de TNR é um complemento à insuficiência da mão-de-obra local e, perante a grande pressão de emprego sentida pelos residentes, o Governo tem a responsabilidade de implementar rigorosamente a política de emprego prioritário dos residentes locais e, através do aperfeiçoamento do mecanismo de saída dos TNR, libertar mais postos de trabalho, a fim de permitir que os residentes que satisfaçam os respectivos requisitos e que pretendam trabalhar ocupem estes postos de trabalho. Por outro lado, as questões do trabalho “em local diferente do autorizado” ou “em actividade profissional alheia à autorizada” e do trabalho ilegal continuam a perturbar a ordem do mercado de trabalho. O Governo deve reforçar o combate e aperfeiçoar os mecanismos, por exemplo, a sociedade sugere que “os dados estatísticos sobre as acções de combate ao trabalho ilegal, divulgados pela polícia, devem ser pormenorizados, por exemplo, fornecer informações sobre os locais de inspecção, os tipos de estabelecimentos, etc., bem como tomar a iniciativa de divulgar as consequências para os infractores e de reforçar a vigilância, acabando com a postura de tentar à sorte”, o que merece a nossa referência.

2. Reforço do trabalho de apoio ao emprego e aperfeiçoamento do regime de formação profissional. A transformação da estrutura económica de Macau acelerou sob o impacto da epidemia do novo tipo de coronavírus. No entanto, devido à falta de um sistema de formação adequado, a estrutura dos recursos

humanos de Macau dificilmente poderá adaptar-se ao desenvolvimento socioeconómico o mais rápido possível. Actualmente, a maior parte dos diplomas legais relativos à formação profissional foi elaborada na década de 90 do século passado, não conseguindo, por isso, dar resposta às necessidades do mercado laboral. Assim, apelo ao Governo para acelerar o aperfeiçoamento do regime jurídico da formação profissional, para acompanhar a evolução socioeconómica e do mercado de trabalho, ajudando os desempregados de longa duração a integrarem o mercado de trabalho e promovendo a mobilidade ascendente dos trabalhadores.

3. Aperfeiçoar o regime jurídico laboral e reforçar as garantias dos trabalhadores em *lay-off*. Recebi queixas relativas a licenças sem vencimento, que revelam o descontentamento de trabalhadores cujos empregadores lhes pediram para assinar uma declaração de consentimento de *lay-off* e que foram posteriormente despedidos sem justa causa; mais ainda, sob a epidemia, muitos trabalhadores estão em subemprego, com os seus rendimentos a diminuírem, sofrendo problemas de subsistência. O Governo não dispõe de dados suficientes sobre as licenças sem vencimento, nem há garantias para as situações de suspensão de trabalho, o que faz sobressair a necessidade de aperfeiçoar os dados laborais e o regime jurídico vigente.

No passado, o Decreto-Lei n.º 43/95/M (“Regime de compensação por suspensão de trabalho”) estipulava que os empregadores deviam assegurar aos trabalhadores um número não inferior a 16 dias de trabalho por mês, sob pena de lhes terem de atribuir as devidas compensações. Mas, com a entrada em vigor da lei do “Salário mínimo para os trabalhadores”, que revogou o referido Decreto-lei, os trabalhadores em causa perderam as suas garantias. Assim, solicito ao Governo para aperfeiçoar o regime jurídico, estudar a introdução de dados sobre o *lay-off*, através de trabalhos estatísticos, e reforçar a fiscalização e a garantia sobre a licença sem vencimento e as situações de suspensão de trabalho, a fim de reforçar as garantias dos trabalhadores.

IAOD do Deputado Ma Chi Seng em 17.05.2021

A Zona de Lazer da Marginal da Estátua de Kun lam foi aberta ao público, a título experimental, em 29 do mês passado, sendo um espaço com instalações multifuncionais de desporto e lazer, incluindo de recreio para crianças, recreativas e desportivas, e campos de jogos. Mais, fica próxima do Centro de Ciência de Macau, do Centro Cultural de Macau e do Museu de Arte, criando assim uma zona com elementos culturais, artísticos e científicos, um bom local para as pessoas relaxarem e passarem o seu tempo livre, e para realizar actividades familiares. A maioria dos cidadãos, especialmente os pais, tem elogiado o ambiente e os equipamentos da referida zona de lazer, o que merece o nosso reconhecimento.

Tenho vindo a dar atenção às instalações comunitárias de lazer, assim, apresento as seguintes sugestões:

Primeiro, a Zona de Lazer da Marginal da Estátua de Kun lam é uma zona de grande dimensão, o que é raro em Macau, abrangendo pessoas de diferentes faixas etárias, por isso a sua capacidade de recepção é grande, mas, se houver grande fluxo de pessoas, as suas instalações sanitárias não conseguem satisfazer. Proponho ao Governo que aperfeiçoe, quanto antes, as referidas instalações, criando instalações sanitárias para pais e filhos, salas de amamentação e instalações para portadores de deficiência física e mental, a fim de satisfazer as necessidades dos diferentes cidadãos.

Segundo, as instalações são novas, tendo sido introduzidos vários grandes equipamentos de jogo com desafios e aventura, sobretudo nas instalações de recreio para crianças. Sugiro que o Governo acrescente as observações de utilização e as instruções de segurança para os diferentes equipamentos, permitindo aos pais escolher os adequados segundo a idade dos filhos, ajudando os residentes a utilizar correctamente as instalações de lazer, e procedendo à sua reparação e manutenção periódica, para garantir a segurança de utilização.

Terceiro, o campo multifuncional permite jogos de basquetebol e de futebol, trocando um com o outro por hora. Sobre isto, muitos residentes disseram que o tempo de troca demasiado curto causa facilmente confusão, esperando que a regulamentação de utilização possa continuar a ser melhorada, permitindo assim o prazer de praticar desporto.

O bom acolhimento da zona de lazer da marginal da Estátua de Kun lam não só reflecte a procura de zonas de lazer pelos residentes, como também mostra o reduzido número das de grande escala. Espero que o Governo crie, de acordo com o relatório do Plano Director, mais zonas destas, de qualidade, em grande escala e complexas, nas diferentes áreas, para satisfazer as necessidades de espaços de lazer do público.

IAOD da Deputada Song Pek Kei em 17.05.2021

Criar roteiros marítimos para aumentar os elementos turísticos

Após a libertação do mercado do jogo e turismo, o número de turistas aumentou, e os clientes não pararam em todos os sectores. Aliás, pode afirmar-se que nunca houve preocupação com o negócio. Nalguns sectores monopolizados, os negócios não tinham fim, e não era necessário muito esforço para aumentar a exploração, uma situação que resultou na falta de diversificação das fontes de clientes e dos serviços, sendo baixas a competitividade e a competência para a inovação, daí a dificuldade em manter um desenvolvimento saudável. Devido à Covid-19, o número de turistas reduziu drasticamente, e os riscos subjacentes à monotonia industrial de Macau ficaram plenamente expostos, sobretudo no sector do turismo, pois, nalguns casos, o negócio do transporte de passageiros entrou em declínio. Há dias, teve até início o despedimento de pessoal de empresas de transporte marítimo de passageiros. Tudo isto accionou o alarme do futuro desenvolvimento de Macau. Para desenvolver-se, Macau não vai ter os dias antigos em que a riqueza surgia mesmo sem fazer nada, ou seja, tem de adoptar uma atitude mais proactiva e criar e inovar os serviços de qualidade, aumentando a competitividade e atraindo o regresso dos turistas.

Com a persistência da epidemia, talvez não se possa fazer muita coisa, no entanto, isto não significa que não haja nada a fazer, sobretudo na pista do seu desenvolvimento, em que o tempo é dinheiro, ou seja, há muitas coisas que devem ser feitas para o futuro desenvolvimento de Macau, portanto, há que aproveitar bem este tempo para melhor planear o futuro. É consabido que, no âmbito das Linhas Gerais do Planeamento para o Desenvolvimento da Grande Baía Guangdong-Hong Kong-Macau, o País deixa expressa a necessidade de envidar esforços no desenvolvimento da economia marinha. As cidades da Grande Baía estão a criar uma grande plataforma marítima que toma os portos como centro modal da economia marinha, assim, as vantagens dos portos tornam-se cada vez mais notórias. Com o aprofundamento constante da cooperação Guangdong-Macau, está a formar-se um conjunto de portos de nível mundial. Mais, o desenvolvimento de Macau tem de articular-se com as vantagens dos recursos da Grande Baía, por forma a melhor assumir o seu papel de elo na rota marítima da seda, explorando melhor espaços de desenvolvimento. Macau possui uma área marítima de 85 km², que deve ser bem aproveitada, nomeadamente, as políticas devem apoiar a introdução dos investimentos em turismo marítimo, criar mais projectos com características locais e novos elementos turísticos e acelerar a construção do Centro Mundial de Turismo e Lazer, com vista a promover o desenvolvimento dum cidade adequada ao turismo.

Assim sendo, apresento as seguintes opiniões:

1. Actualmente, a Grande Baía está a acelerar a construção do “corredor

marítimo de economia”, criando um centro modal de transporte marítimo de classe mundial. O mar é um elemento importante para a construção de “Uma Faixa, Uma Rota”. Actualmente, todas as cidades da Grande Baía estão a aplicar mais investimentos em projectos marítimos, a fim de aproveitar melhor os recursos marinhos e criar uma faixa económica diversificada, no entanto, até ao momento, Macau só criou rotas de ligação ao porto de Jiuzhou em Zhuhai e Cantão, por isso, o desenvolvimento marítimo é lento, e dificilmente se consegue integrar no desenvolvimento da Grande Baía. Assim sendo, o Governo deve quebrar o monopólio do transporte marítimo, liberalizar o mercado de investimento e introduzir competitividade, para que Macau consiga elevar ainda mais o seu nível de desenvolvimento turístico.

2. Em termos de política, é necessário reforçar o apoio ao aumento dos itinerários marítimos com as cidades da Grande Baía, acelerar a criação de uma plataforma de cooperação marítima com as cidades da Grande Baía, promover ainda mais a interligação entre as cidades da Grande Baía, reforçar a qualidade dos serviços turísticos, atrair os turistas da Grande Baía a visitar Macau, reforçar a função dos nossos terminais marítimos, e criar uma cadeia de turismo marítimo através dos terminais marítimos.

3. Macau é uma das cidades da China com uma bela paisagem nocturna e tem muitas pontes-cais. Veja-se o exemplo de Cantão: esta cidade dispõe de passeios à noite ao longo do Rio das Pérolas. Macau pode tomar como referência as experiências desta cidade, no sentido de aproveitar eficazmente os recursos urbanos, actualizar as instalações dos terminais marítimos, aumentar os serviços, por exemplo, disponibilizar passeios marítimos em iates, entre outros. Mais, é possível conjugar a indústria da pesca com o turismo, no sentido de criar, durante o período de defeso da pesca, planos peculiares de lazer turísticos aproveitando as embarcações, com vista a atrair mais turistas, criando-se um novo marco em Macau, tudo isto para enriquecer o mercado turístico e desenvolver melhor Macau enquanto Centro Mundial de Turismo e Lazer.

IAOD do Deputado Mak Soi Kun em 17.05.2021

Vacinar-se em prol de si e de outrem, para que Macau não seja marginalizada!

Segundo especialistas e académicos, a vacinação contra a Covid-19 não visa apenas a construção duma barreira de imunidade na cidade, é também essencial para assegurar a saúde de quem a toma e dos seus familiares, assim como a felicidade na família, pois se alguém tiver a infelicidade de ser infectado, é provável que outros o sejam também. Mais, é ainda possível haver sequelas, portanto, não se deve apostar na sorte, há sim que tomar as vacinas em prol de si e de outrem, construindo uma barreira de imunidade colectiva!

A fim de reforçar a sensibilização e criar as devidas condições, o Governo aumentou, recentemente, os postos de vacinação, para facilitar a vida à população, o que, no entender dalguns cidadãos, merece elogio! Apesar disto, segundo os dados, a taxa de vacinação em Macau é de apenas cerca de 11%, muito aquém da registada em regiões vizinhas, portanto, receia-se que nem no próximo ano se consiga formar uma barreira de imunidade eficaz!

Mais, recentemente, vários cidadãos afirmaram que tinham medo das reacções adversas depois da vacinação. Há ainda quem não consiga tomar a vacina por diversas razões, por exemplo, cidadãos com doenças crónicas ou hipertensão, que foram informados pelo pessoal médico de que não podiam tomar a vacina contra a Covid-19. Outro exemplo é o de alguns cidadãos que têm a tensão normal quando a medem em casa, mas quando estão no posto de vacinação, apresentam hipertensão da bata branca, e é-lhes pedido o favor de tentar tomar a vacina noutra vez, quando a tensão voltar ao normal...

Pelo exposto, a população pediu-me para perguntar o seguinte: o Governo fez algum inquérito para saber qual é a percentagem das pessoas que têm doenças crónicas, hipertensão ou hipertensão da bata branca? O que é que o Governo vai fazer em relação aos cidadãos com estas doenças, especialmente os que sofrem de hipertensão da bata branca? O Governo efectuou alguma avaliação científica sobre o seguinte: se estes cidadãos não forem vacinados, a formação da barreira imunológica vai ser afectada? Se estes cidadãos contraírem Covid, os sintomas vão ser mais graves?

Mais, o Governo deve organizar mais palestras e colóquios médicos e realizar mais acções de divulgação e de sensibilização sobre as vantagens e desvantagens das vacinas, por exemplo, sobre as sequelas da Covid e o impacto para o corpo humano, entre outras. Vai fazê-lo? Como é que as referidas sequelas afectam o dia-a-dia? A partir destas actividades é possível incentivar os cidadãos a vacinarem-se, quanto antes, formando-se rapidamente uma barreira imunológica, aliás, há que lembrar que diversos países e as regiões vizinhas estão a estudar a viabilidade da criação do “passaporte de vacinação”. Macau

posiciona-se como centro mundial de turismo e lazer e como cidade habitável, se a taxa de vacinação for baixa em comparação com outros países e regiões, Macau poderá ficar marginalizada, criando-se incertezas para a recuperação económica e para o seu desenvolvimento futuro! Se for assim, mesmo que o Governo distribua mais dinheiro, pode não conseguir salvar toda a gente.

IAOD do Deputado Wu Chou Kit em 17.05.2021

Estudo sobre a legislação e a formação relativas ao sistema electromecânico de Macau

Actualmente, há em Macau cerca de 9 mil elevadores de passageiros e de carga, e escadas rolantes, e a sua manutenção e reparação periódicas são muito importantes para assegurar a sua utilização segura. O sector da engenharia civil espera que o Governo crie um serviço responsável pelas obras mecânicas para fiscalizar a segurança das máquinas, dos aparelhos de gás e de electricidade, do metro, da eficiência energética e dos serviços de utilidade pública, e que produza legislação para regular e fiscalizar as empresas de electricidade, de gás, de elevadores e de escadas rolantes, etc. Em 2013, foram implementadas as “Instruções para apreciação, aprovação, vistoria e operação dos equipamentos de elevadores”, e, recentemente, os serviços competentes realizaram uma consulta pública sobre o “Regime jurídico dos ascensores”, o que demonstra que o Governo está a melhorar gradualmente a fiscalização dos equipamentos electromecânicos.

Recentemente, na região vizinha, houve um incêndio devido a um curto-circuito de um veículo eléctrico que entrou num elevador, o que suscitou muitas questões quanto à utilização correcta dos elevadores. Será que o transporte de botijas de gás butano e de objectos de grande dimensão está também sujeito a regulamentação? Em situações de emergência, que medidas de resposta é que o Governo vai adoptar?

Face ao exposto, apresento as seguintes sugestões:

1. No passado, as pessoas não estavam sensibilizadas para a utilização correcta, manutenção e reparação dos elevadores, por isso há que divulgar junto do público a forma correcta de utilização dos elevadores e das escadas rolantes, e atribuir à empresa de administração ou à assembleia de condóminos o poder de fiscalização, clarificando ao nível jurídico as competências e responsabilidades de fiscalização, reparação e manutenção dos elevadores, e elevando a consciência e os deveres dos proprietários.

2. De acordo com o *site* da DSSOPT, até Janeiro de 2021, estavam registados em Macau, 315 engenheiros electromecânicos, 275 engenheiros mecânicos e 313 engenheiros electrotécnicos. Mas afinal quantos se dedicam efectivamente à inspecção e reparação de elevadores? A DSSOPT tem uma lista sobre isso? Sugiro que sejam abertos cursos de formação especializada, para que os jovens engenheiros possam ingressar nesta área, e com isso elevar o respectivo nível profissional.

3. Há que ponderar a criação de “Regras para o uso dos elevadores”, por exemplo, clarificar as normas sobre os produtos inflamáveis em espaços confinados, e o regime de seguro e responsabilidades em caso de acidentes.

4. Incentivar o uso de métodos de gestão inteligente, promover o uso de equipamentos e gestão inteligentes em edifícios, bem como criar um centro de alerta e de emergência para situações de avaria de elevadores, e aperfeiçoar os respectivos equipamentos e instalações.

IAOD da Deputada Wong Kit Cheng em 17.05.2021

Protecção dos direitos no consumo em forma de pré-pagamento

Recentemente, um centro de ioga declarou o seu encerramento, sem devolver as mensalidades a mais de uma centena de membros. Dado o grande número de pessoas envolvidas e o montante, entre milhares a dezenas de milhares de patacas, o caso despertou a atenção da sociedade sobre o consumo em forma de pré-pagamento, pois alguns consumidores afectados já tinham pago as mensalidades de vários anos, e assim ficaram com os seus direitos e interesses gravemente prejudicados. O meu escritório recebeu, nos últimos dias, 50 pedidos de ajuda, e acompanhou as vítimas ao Conselho de Consumidores, para apresentar queixas e entregar os respectivos documentos, na esperança de reaver o dinheiro.

É de reconhecer a atenção prestada pelo CC ao assunto, pois, mal recebeu os pedidos reencaminhados por mim, começou logo o acompanhamento e divulgou a informação à sociedade, para alertar a população para os riscos do consumo em pré-pagamento. É de sublinhar que esta modalidade é comum nos salões de beleza, cabeleireiros, ginásios, e nos cupões de supermercados e restaurantes. Os consumidores são atraídos, com descontos e promoções, a pagar com antecedência montantes elevados. Mas há um vazio na protecção legal relativa a esta modalidade e, quando a loja encerra, os direitos e interesses dos consumidores são dificilmente garantidos. Veja-se o recente caso: as autoridades procuraram ter um encontro com o centro, para exigir a apresentação duma solução adequada, só que o centro não compareceu, e ao abrigo do regime jurídico vigente não há consequências nem se pode aplicar sanções.

Actualmente, pode-se recorrer à mediação e arbitragem para resolver os conflitos de consumo, mas o desenrolamento do processo exige o acordo entre as duas partes e, se não houver acordo, o consumidor precisa, afinal, de proceder à reivindicação por si próprio através de uma acção civil, que é morosa e dispendiosa. Segundo as estatísticas divulgadas pelas autoridades, em 2019 houve mais de 2500 reclamações de consumo, mas apenas foram abertos 22 processos de arbitragem e mediação, dos quais 5 foram mediados com sucesso, 8 tratados através de arbitragem, 8 arquivados e 1 estava ainda pendente, o que também reflectiu que os resultados não foram muito satisfatórios.

Pelo exposto, apresento as seguintes sugestões:

1. Há que acelerar a conclusão da revisão da Lei de protecção dos direitos e interesses do consumidor, que se encontra na fase de apreciação na especialidade. Espero que o Governo ouça as opiniões das diversas partes para conseguir o consenso dos membros da Comissão, em prol da conclusão, quanto antes, da respectiva revisão e votação. Esta lei não só prevê um “período de reflexão” inerente à celebração de contratos de consumo em forma de pré-pagamento, mas reforça também as competências do Conselho de Consumidores ao nível da aplicação de sanções. Há que estudar também o

modelo da Lei da Protecção de Dados Pessoais, para no futuro poderem ser aplicadas as sanções acessórias, tais como a censura pública, a comerciantes sem escrúpulos confirmados como tendo infringido a lei, de modo a melhor proteger os direitos e interesses dos consumidores.

2. Optimizar os mecanismos de mediação e arbitragem. Na versão inicial da “Lei de protecção dos direitos e interesses do consumidor”, a “arbitragem necessária” é obrigatória quando estão em causa os conflitos de consumo apenas relacionados com cinco serviços públicos, mas a maioria das queixas recebidas não tem a ver com esses serviços. Sugere-se ao Governo que estude o alargamento do âmbito da “arbitragem necessária”, aumentando a eficácia dos regimes de arbitragem e mediação dos consumidores, com vista a uma resolução mais rápida desses conflitos.

3. Reforçar a sensibilização para o consumo inteligente. O consumo em forma de pré-pagamento apresenta riscos, por isso, apelo aos residentes para que avaliem a sua capacidade de consumo e os respectivos riscos, conheçam bem a credibilidade das lojas e evitem investimentos excessivos. Mais, há que divulgar, junto da população e dos turistas, a plataforma “Consumidor *on-line*” e os mecanismos de queixa *on-line*, para elevar a consciência dos residentes para a defesa dos seus direitos e interesses de consumo, construindo um bom ambiente de consumo através da cooperação entre o Governo e a população.

4. Prestar apoio aos residentes na reivindicação dos seus direitos e interesses. Este caso envolve um grande número de pessoas, pelo que espero que as autoridades acompanhem de perto os “movimentos” dos estabelecimentos e prestem apoio jurídico aos residentes com os seus direitos e interesses de consumidores prejudicados, divulgando atempadamente as respectivas informações à sociedade, para demonstrar a determinação das autoridades em proteger os direitos e interesses dos consumidores.

2021-05-17 IAOD

José Maria Pereira Coutinho

“O Governo deve compensar através das dezenas de fundos públicos os prejuízos causados aos lesados no escândalo da empresa "Yoga World" derivado dos graves atrasos na aprovação da sua proposta da "Lei de Protecção dos Direitos e Interesses do Consumidor" desde Março de 2019 nas "mãos" da 1ª. Comissão Permanente”

Recentemente, "arrebentou" um novo escândalo na área dos Direitos dos Consumidores, envolvendo uma empresa, com responsabilidade limitada, denominada "Yoga World" que prejudicou mais de centena de cidadãos no estimado valor superior a cinco milhões de patacas.

O "tigre de papel" chamado Conselho dos Consumidores apelou aos às vítimas para apresentar queixas via "Consumidor Online".

Sugeri também que os litígios podem ser resolvidos por mediação e arbitragem. A nosso ver, estas duas modalidades são poucos viáveis para resolver o problema de "raiz" face à intransigência da empresa em devolver o dinheiro.

Nós achámos, que estes escândalos, só se conseguem resolver com uma moderna legislação protectora dos direitos fundamentais dos consumidores. Decorridos mais de vinte anos do estabelecimento da RAEM, onde "pairam" os direitos fundamentais dos consumidores de ser protegido, informado, de ser ouvido, do direito à escolha e o direito a segurança dos bens e serviços adquiridos?

Como se explica, perante os cidadãos, este enorme atraso na aprovação do projecto lei de protecção dos direitos e interesses do consumidor ora "cozinhado" a "lume brando" na 1ª. Comissão da AL? Esta questão, levanta outra importante questão da Transparência das Sete

Comissões de Trabalho da AL que continuam a funcionar de "portas fechadas" sendo proibido a presença de cidadãos e dos meios de comunicação social.

Pelas razões acima apontadas, nomeadamente os atrasos causados pelo Governo na aprovação do referido projecto lei ainda em sede da 1ª Comissão da AL desde Março de 2019, sugerimos que o Governo compense financeiramente os prejudicados por via de um dos vinte e seis fundos públicos, com por exemplo, através da Fundação Macau.

A Transparência Pública é um dos princípios basilares da RAEM que permite aos cidadãos estarem bem informados sobre as principais questões que afectam as suas vidas, como por exemplo, os direitos dos consumidores.

A Transparência Pública é uma importante ferramenta contra a má gestão pública, o despesismo e a corrupção porque permite à sociedade fiscalizar directamente a Administração e identificar os responsáveis, as razões dos desvios e a inadequação na aplicação dos recursos financeiros.

Infelizmente quer a Administração Pública quer esta Assembleia, mesmo após mais de vinte anos do estabelecimento da RAEM ainda não estão conscientes e sensibilizados da importância da Transparência Pública.

O princípio de participação directa dos particulares no processo de formação das decisões dos assuntos que lhes dizem respeito mostra-se crucial para o progresso e desenvolvimento económico social da RAEM.

Desta forma, e para melhoramento da imagem do Governo e desta Assembleia Legislativa sugerimos o seguinte:

1. Que seja feito, um Inquérito junto dos cidadãos, por entidade independente sobre a imagem externa que possuem dos deputados e do funcionamento das sete Comissões de Trabalho da Assembleia Legislativa.

2. Seja também feito, um Inquérito, sobre o mesmo assunto, aos membros de todas as Comissões Consultivas criadas pelo Governo incluindo os comentadores políticos, culturais e desportivos das estações públicas de televisão e rádio incluindo as privadas.

3. Seja feito um Inquérito quanto à avaliação efectiva dos mecanismos de relacionamento entre os políticos, eleitores e os governantes e deputados.

4. Seja feito um Inquérito quanto à identificação e ou actualização dos critérios, procedimentos e mecanismos para à melhoria do relacionamento existente entre os Deputados, cidadãos e os governantes com objectivo de melhorar a imagem externa desta Assembleia.

Muito obrigado!

IAOD do Deputado Zheng Anting em 17.05.2021

Promover a concretização da circulação dos veículos de Macau na China

À medida que os laços de Macau com a Grande Baía se estreitam, o acelerar da circulação de veículos de Macau na China não só traz conveniência aos residentes de Macau, como promove a integração de Macau no desenvolvimento global do país.

Macau e o Interior da China assinaram, recentemente, o “Acordo de circulação de veículos motorizados de Macau na Ilha de Hengqin”, beneficiando muitos residentes de Macau que lá vivem, trabalham e investem. Mas existem agora deficiências, como restrições geográficas para o acesso de veículos com matrícula única em Hengqin. Além disso, à medida que cada vez mais residentes de Macau vão viver, estudar, fazer negócios, trabalhar e passar a velhice na Grande Baía, os veículos de matrícula única que só podem circular em Hengqin já não conseguem satisfazer as suas necessidades. Muitos esperam que a política de circulação de veículos com matrícula única entre Guangdong e Macau possa ser concretizada quanto antes, reduzindo as restrições e aumentando as respectivas quotas.

Segundo as autoridades, Macau está no ponto de encontro entre a circulação interna e internacional, o que constitui não só oportunidade e vantagem, mas também responsabilidade e compromisso. Macau deve acelerar a sua ligação ao mercado do Interior da China, promover a mobilidade eficiente e conveniente de elementos como pessoal, produtos e capitais, entre outros, integrar-se na economia nacional na circulação interna e desempenhar o papel de plataforma de serviços bidireccionais na circulação internacional.

Quanto ao investimento e consumo, para Macau poder conseguir o enorme mercado do Interior da China, é necessário facilitar a deslocação dos residentes de Macau ao Interior da China para isso. No que diz respeito às indústrias, as autoridades têm-se empenhado no posicionamento de Macau como centro mundial de turismo e lazer, e também na orientação para a diversificação adequada das indústrias, promovendo o turismo de “uma viagem, vários destinos”, e a realização de actividades do sector de convenções e exposições seguindo o modelo de “um evento em dois lugares”, para além de incentivar os jovens de Macau a desenvolverem os seus negócios e a viverem na Grande Baía. Para concretizar a visão acima referida, todos os residentes de Macau integrados no grande ciclo económico do País devem ter condições objectivas para a sua concretização e, por isso, é inevitável a promoção da política de circulação de veículos de Macau na China.

Em Março deste ano, as autoridades afirmaram que a entrada dos veículos de Macau para circulação no Interior da China era uma das medidas favoráveis a Macau adoptadas pelo País e pela Província de Guangdong, e que sentiam

profundamente a sinceridade que os serviços competentes dessa Província tinham manifestado ao Governo de Macau para coordenar o trabalho com grande flexibilidade, no sentido da entrada dos veículos de Macau no Interior da China. Assim, as autoridades devem aproveitar essa tendência e promover a concretização dessa entrada, o que vai trazer grandes facilidades à população de Macau e também criar condições favoráveis para a integração de Macau na conjuntura de dupla circulação económica do País.

IAOD do Deputado Ng Kuok Cheong em 17.05.2021

A falta de transparência na avaliação dos projectos da nova Biblioteca Central exige a publicitação dos critérios de avaliação

Há anos que o Governo está a estudar os preparativos para a construção da nova Biblioteca Central. No ano passado, o Governo divulgou os projectos candidatos, e referiu que as características comuns eram a conservação dos mosaicos e o relacionamento interactivo com a Praça do Tap Seac. Porém, recentemente, alguns residentes dirigiram-se a deputados, questionando o projecto seleccionado, pois os azulejos vão ficar de costas viradas para a Praça do Tap Seac, suspeitando-se que isto contraria os princípios da conservação dos mosaicos e do relacionamento interactivo com a Praça. Com base nisto, os cidadãos duvidam ainda mais do profissionalismo deste mecanismo de avaliação. Na minha opinião, o Governo deve enfrentar, quanto antes, as dúvidas do público e assumir uma postura activa, para dar respostas, aprender com a experiência, e melhorar o mecanismo de governação.

O Governo deve esclarecer publicamente se, nos documentos do concurso para a construção da nova Biblioteca Central, há ou não indicações concretas sobre a necessidade de conservar os mosaicos e de enfoque no relacionamento interactivo com a Praça do Tap Seac, ou será que aceitou este projecto, que deixa os mosaicos de costas voltadas para a Praça do Tap Seac, por não ter dado tais indicações, fazendo com que o projecto escolhido não consiga transformar a biblioteca num ponto cultural icónico e dar continuidade à nossa história.

Perante as críticas do público, o Governo deve responder activamente, divulgando as qualificações profissionais da Comissão de avaliação, bem como esclarecer os critérios e fundamentos da avaliação dos projectos da nova Biblioteca Central, para que o público fique a par da situação, e deve ainda mostrar a sua vontade de aprender com a experiência, para aumentar a transparência da governação.

IAOD do Deputado Au Kam San em 17.05.2021

Suspendeu-se a atribuição dos saldos orçamentais na conta da previdência central sem adoptar medidas para remediar o problema O Governo limitou-se a dar resposta burocrática ignorando os sentimentos dos idosos

No ano passado, o Governo não procedeu à atribuição dos saldos orçamentais na conta da previdência central, por não haver saldos positivos, o que gerou uma discussão acesa na sociedade. Há quem exija que o Governo dê um tratamento especial aos idosos e aos portadores de deficiência que podem já utilizar as verbas decorrentes da referida atribuição, por exemplo, mobilizar parte dos recursos da Fundação Macau para resolver o problema; e há também quem questione os fundamentos legais para a não atribuição dos saldos orçamentais devido à sua inexistência no ano anterior. Em 19 de Fevereiro deste ano, voltei a apresentar ao Governo uma interpelação escrita sobre esta questão, na qual aponto o seguinte: *“por não se terem registado saldos positivos no ano passado, o Governo decidiu não proceder à dotação destinada à repartição extraordinária, alegando ser essa a única opção nos termos da lei. Contudo, nos termos do artigo 40.º (Repartição extraordinária de saldos orçamentais) da Lei n.º 7/2017 - o Regime de previdência central não obrigatório, ‘caso a situação da execução orçamental de anos económicos anteriores o justifique, pode ser atribuída uma verba, a título de repartição extraordinária de saldos orçamentais, ao titular da conta que, encontrando-se sobrevivo no dia 1 de Janeiro do ano em que se publica o despacho referido no n.º 4, tenha preenchido no ano civil anterior, cumulativamente, os seguintes requisitos...’.* Note-se que o pressuposto para a repartição extraordinária de saldos orçamentais é o seguinte: *‘caso a situação da execução orçamental de anos económicos anteriores o justifique’, portanto, não há qualquer exigência de saldo orçamental positivo do ano em curso.”* Por isso, a repartição extraordinária de saldos orçamentais depende, fundamentalmente, da *‘situação da execução orçamental dos anos económicos anteriores’*, e, de acordo com a situação de Macau, até ao momento, já foi acumulado um saldo de 500 a 600 mil milhões de patacas. Não será exagerado dizer que *‘a situação já não o justifica’?* No entanto, na resposta de 18 de Março deste ano, o Presidente do Fundo de Segurança Social afirma que *“nos termos do artigo 40.º da Lei n.º 7/2017 (Regime de previdência central não obrigatório), a repartição extraordinária de saldos orçamentais tem como pressuposto o saldo da execução orçamental financeira, não o saldo financeiro acumulado ao longo dos anos”*. A lei define, preto no branco, *“caso a situação da execução orçamental de anos económicos anteriores o justifique”*, mas acaba por ser interpretada como prevendo que *“a repartição extraordinária de saldos orçamentais tem como pressuposto o saldo da execução orçamental financeira, não o saldo financeiro acumulado ao longo dos anos”*. Trata-se de uma interpretação totalmente distorcida da lei. O Governo salienta sempre a *“governança de acordo com a lei”*, mas se a lei pode ser interpretada arbitrariamente, então, que sentido tem a *“governança de acordo com a lei”?*

O montante da pensão para idosos é muito reduzido, nem atinge o nível do índice mínimo de subsistência, portanto, só com esta pensão os idosos não conseguem sobreviver. Trata-se de uma situação que é sempre alvo de risota. Perante esta crítica, o Governo justifica sempre que vai dar mais apoio aos idosos, e um desses apoios é a distribuição dos saldos positivos. Esta afirmação de “dar mais apoio” parece sempre uma mera justificação, pois, de repente, o Governo suspendeu a referida distribuição, que é um dos apoios que afinal pode ser retirado a qualquer momento, portanto, o alegado “mais apoio” está a ser desmantelado. De facto, todo o nosso sistema de pensões é muito frágil.

Mais, segundo a mesma resposta escrita das autoridades, apesar da não atribuição de verba a título de repartição de saldos orçamentais, “em 2021, os idosos com idade igual ou superior a 65 anos (...) continuam a beneficiar da pensão para idosos, do subsídio para idosos (...) e da comparticipação pecuniária. (...) Os idosos podem receber um total máximo de 67 620 patacas (valor mensal máximo de 5635 patacas)”. Contudo, isto é o “total máximo”. O Governo ignora, de propósito, o facto de dois tipos de idosos não poderem receber 67 620 patacas de forma integral: primeiro, os idosos que anteciparam a atribuição da pensão para idosos, que provavelmente recebem apenas 75% das 3740 patacas, valor total da pensão para idosos; e, segundo, as dezenas de milhares de idosos que só foram autorizados a efectuar contribuições retroactivas a partir de 2010. Neste último caso, os idosos continuam a receber uma grande parte da pensão para idosos e, ao mesmo tempo, efectuam contribuições, esperando conseguir, daqui a 5 anos, receber a totalidade da pensão. Em ambos os casos, não é possível receber 67 620 patacas. Quanto ao primeiro caso, pode ainda afirmar-se que tal se deve a uma opção pessoal, enquanto no segundo caso está em causa uma discriminação institucional que os impossibilitou de efectuar contribuições antes de 2010. Em ambos os casos, provavelmente, a atribuição dos saldos na ordem de 7000 patacas é uma ajuda muito significativa para o seu dia-a-dia. Mesmo perante a referida não atribuição, os governantes ainda andam a salientar quanto é o “total máximo” que os idosos podem receber. Como é que eles hão-de aguentar isto?

Francamente, Macau é uma sociedade rica. Para a maioria dos idosos, este ano faltam 7 mil patacas provenientes da distribuição dos saldos do Governo, mas há quem pense que isso não vai afectar muito a sua vida. Por isso, quando se pergunta ao Governo se os idosos têm problemas de sobrevivência por lhes faltarem essas sete mil patacas, e este responde que os idosos podem ir pedir apoio económico ao Instituto de Acção Social (IAS), são palavras frias e de burocratas. É de salientar que os idosos de Macau, na sua maioria, passaram por fases de recessão económica, por vidas de trabalho árduo, por isso, dão muita importância a cada pataca ganha. Normalmente, todos os anos são-lhes atribuídas 7 mil patacas, e agora os dirigentes vêm dizer que não, que não vão ter nada. Então perguntamos: como é que os idosos podem sentir-se confortáveis e não apresentar queixas? Muitos idosos indignados até disseram: "No ano passado,

deram-nos oito mil patacas (duas rondas nos cartões de consumo) e este ano roubaram-nos sete mil patacas." Esta insatisfação e descontentamento são sentidos pela maioria da sociedade, por isso, é essa maioria que vem apelar às autoridades para tomar medidas especiais para compensar os idosos. Este apelo tem o seu sentido, quer para resolver as necessidades reais da vida quer para atender ao estado psicológico dos idosos. No entanto, a resposta burocrática do Governo demonstra que este não dá a devida importância ao assunto, no sentido de compreender a situação dos idosos e cuidar deles.

IAOD do Deputado Sou Ka Hou em 17.05.2021

Deixar de ser moralista e prestar atenção aos direitos e interesses dos docentes da linha da frente

Estamos quase no fim do ano lectivo, e muitos professores estão preocupados, porque a época das graduações dos estudantes pode corresponder à época de desemprego de professores. Isto deve-se à chamada “assinatura do contrato em cada ano”, ou seja, à prática das escolas particulares que, sob o pretexto de sondar intenções, redistribuem o “convite de emprego” ou a “notificação de continuidade” no final do ano lectivo. Se um docente não receber a referida “notificação”, independentemente da sua antiguidade, será despedido sem justa causa, tendo de sair da escola após o fim do ano lectivo, e a escola só precisa de pagar uma indemnização. É difícil imaginar que os professores, que são profissionais e activos importantes do sistema educativo, têm vindo a enfrentar uma situação tão instável, para não falar das expectativas do público em relação à melhoria da qualidade pedagógica através dos estudos intermináveis dos docentes.

Nos últimos seis ou sete anos, tenho afirmado que a “assinatura do contrato em cada ano” contradiz o princípio da garantia da estabilidade de emprego dos trabalhadores, consagrado na lei laboral; e o Governo esclareceu que, a menos que sejam professores substitutos ou instrutores de cursos de Verão, os contratos celebrados entre os professores e as escolas, na sua maioria, não têm prazo, não devendo ser renovados por anos ou até anualmente. Depois de vários anos de abordagem da situação, o Governo acabou por admitir que a “assinatura do contrato em cada ano” pode causar pressões desnecessárias aos docentes, e que algumas escolas já ajustaram a sua prática, passando a ser os docentes a manifestar, por sua iniciativa e no final do ano lectivo, a sua vontade de permanecer. Apesar disso, ainda há muitas escolas que adoptam a prática antiga, e os docentes continuam a sofrer grande pressão devido à possibilidade de serem despedidos sem justa causa no final do ano lectivo, logo, o problema ainda não está completamente resolvido.

Não é só no final de cada ano lectivo que os professores sofrem pressões desiguais, desproporcionais ou mesmo ilegais. O “Quadro geral”, em vigor há nove anos, reduziu a componente lectiva dos docentes, o que leva as pessoas a considerarem que os direitos e interesses laborais dos docentes já estão bem assegurados, mas o certo é que o excesso de trabalho e o trabalho extraordinário não remunerado dos docentes já são um fenómeno vulgar.

Uma série de reformas na educação, sem dúvida, fez com que o volume de trabalho dos docentes aumentasse. Nos termos do Quadro Geral, para além das tradicionais funções pedagógicas, como elaborar planos pedagógicos, ensinar nas aulas, gerir as aulas e avaliar os alunos, os docentes também exercem inúmeras funções não pedagógicas, por exemplo, participar na administração da escola e

na gestão pedagógica, promover o crescimento mental e físico saudável dos alunos, prestar-lhes orientação escolar e profissional, e impulsionar a cooperação entre a família e a escola, e a ligação com o exterior, para promover o desenvolvimento escolar. O Quadro Geral concede também poderes às escolas para incumbir aos docentes trabalhos não lectivos relacionados com as actividades educacionais e com a implementação do projecto educativo das escolas.

As funções não pedagógicas talvez contribuam, em certa medida, para o desenvolvimento educativo, mas temos de admitir que são “tarefas invisíveis” e é difícil definir expressamente um horário de trabalho para concretizá-las. Os docentes estão sempre ocupados com vários assuntos, por exemplo, organizar, treinar, participar e liderar as diversas competições dentro e fora da escola; orientar os diversos grupos e actividades extracurriculares na escola; representar a escola para fazer intercâmbio no exterior; participar em diversos programas de incentivo pedagógico e, de forma contínua, em diferentes formações dentro e fora da escola. Perguntamos então o seguinte: quanto tempo ainda têm os docentes para preparar e rever cada aula? E para dar atenção, sobretudo, aos alunos mais desfavorecidos?

Recentemente, no âmbito da proposta de lei relativa aos docentes das escolas públicas, coloquei, mais uma vez, a questão da compensação pelo trabalho extraordinário, a qual consta igualmente, preto no branco, no articulado da lei sobre os docentes das escolas privadas, o que suscitou uma discussão no sector educativo, e o Governo também planeia lançar as Instruções sobre o uso de *software* de comunicação após as aulas.

A AL tem o dever de atender aos obstáculos da aplicação da lei, e os professores têm a legitimidade de defender os seus direitos e interesses, só que alguns governantes continuam a sofismar, dizendo: se é para compensar, nem se sabe a compensação que os principais governantes merecem, ou dando um exemplo extremo: um aluno aleijou-se no campo de jogos, fora das aulas, será que o professor pode não ligar? E, depois das aulas, um aluno tem dúvidas; será que o apoio por parte do professor deve ser compensado, contando todos os minutos e segundos, como trabalhadores de fábricas? E continuam: quem pensa assim não compreende a razão por que os professores são respeitados.

Na realidade, chamar de interesseiros os professores que defendem os seus direitos legítimos e que chamam a atenção para a sobrecarga de trabalho é que é uma falta de respeito, e agrava a compreensão errada sobre esta profissão na sociedade. Muitos governantes da área da educação foram, eles próprios, professores, mas burocratas e moralistas há muito tempo, deixaram de tentar compreender, colocando-se na posição dos professores, e resolver, usando do poder público, as suas dificuldades.

Os professores não são de ferro, nem são máquinas. O respeito pelos

professores não se baseia na sua tolerância perante tratamentos de injustiça, desproporcionais, e até mesmo ilegais!

Há quem pense que “quem come peixe salgado, tem de estar preparado para a sede”! É claro que os professores, antes de ingressar na carreira, estão psicologicamente preparados e fazem sacrifícios sem se queixar. Muitos professores que conheço não pretendem que toda a sociedade compreenda as dificuldades desta profissão, antes sim, querem que os governantes de alto gabarito, titulares de poderes, deixem de dar lições de moral e concretizem o respeito verbal através de acções, para melhorar a protecção nas leis, regulamentos e instruções. Tudo isto para criar uma equipa de professores mais motivados e profissionais!